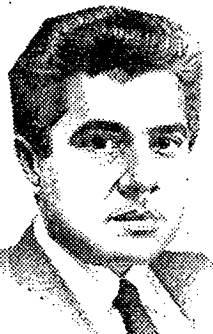


O aperto do parafuso fiscal

Ricardo Noblar



O governo está embrulhando um pacote econômico com ênfase na adoção de rígidas medidas fiscais. Ocupam-se da tarefa técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, sob a supervisão do ministro João Batista de Abreu e com o conhecimento, a distância, do ministro Mailson da Nóbrega, que participou em Berlim da reunião do Fundo Monetário Internacional e que está retornando ao país.

Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI, foi informado por Mailson sobre a disposição do governo brasileiro de reagir com eficácia ao recrudescimento da inflação, que agora mudou de patamar. Mailson imaginava segurá-la abaixo de 20%. Ela subiu e o próprio Mailson concluiu que a política do “feijão com arroz” será incapaz de detê-la. Daí a decisão tomada de apertar o parafuso fiscal.

Daí, também, a entrevista que Camdessus concedeu em Berlim, anteontem, dando ênfase à necessidade de haver no Brasil e em demais países um certo equilíbrio fiscal. Com elegância, Camdessus criticou as políticas gradualistas de reordenamento da economia e não se negou a falar em “choque” como uma opção com a qual os governos devem contar.

Seguramente, o choque a que se referiu nada tem a ver, no caso brasileiro, com congelamento de preços e de salários. Camdessus pensa, como Mailson, que, sem a prévia e efetiva redução do déficit público, congelamento algum servirá para quebrar de vez o componente inercial da inflação. O choque deve ser dado para aumentar as receitas do governo. É disso que cogita o pacote que vem por aí.

Estudos preliminares do ministério da Fazenda atestam que a União, estados e municípios perderão, neste ano, em matéria de receita, o equivalente a 3% do PIB por causa da inflação de dois dígitos. A perda se explica pelo período de tempo que se estende entre a data do fato gerador do imposto e a data do seu recolhimento aos cofres públicos.

Se o período de tempo é, em alguns casos, de dois meses, por exemplo, uma inflação mensal de 20% diminui para pouco menos de 60 cada 100 cruzados recolhidos como imposto. O fenômeno é conhecido pelos economistas como “efeito Tanzi”. Tanzi vem a ser o sobrenome do atual chefe do Departamento Fiscal do FMI que estudou a questão do

fundo. É chic, atualmente, falar em “efeito Tanzi”. Faz o maior sucesso.

Para 1989, o governo brasileiro se comprometeu com o FMI em reduzir o déficit público para 2% do PIB. A meta para este ano é baixar para 4%. O governo espera comemorar, em dezembro, um déficit menor do que 4%. Caso fosse possível anular o “efeito Tanzi”, o problema do déficit, no próximo ano, estaria resolvido. A “otenzização” da economia está sendo estudada e tem adeptos fervorosos dentro do governo.

A solução para o déficit público, inevitavelmente, reclamará um esforço de recuperação da receita. A carga tributária líquida nacional está, hoje, restringida à metade do que foi nos anos 70. A grita da sociedade por causa do peso dos impostos, contudo, continua. Por quê? Porque os impostos oneram a população de forma bastante desigual — e injusta.

Cresce, de resto, a sonegação fiscal, apesar do alarde produzido pela Receita Federal em torno da ferocidade do Leão. O número dos que têm rendas mas que não declaram é superior a um milhão e meio de pessoas. A adoção de um novo elenco de medidas fiscais não deve causar surpresa. Está mais do que previsto na mensagem com a qual o governo encaminhou ao Congresso a proposta orçamentária.

Novidade relevante pode estar mesmo no instrumento que dará origem ao pacote de medidas. Na próxima quarta-feira, com a promulgação da nova Constituição, o governo perderá o cômodo e autoritário instrumento do decreto-lei. Terá que legislar via Congresso.

• **Sufoco no ar** — O sequestrador do Boeing da Vasp já passou, uma vez, pela prisão. Foi quando sequestrou um jipe do prefeito do município maranhense de Vitorino Freire, na década de 70. Conseguiu fugir e se escondeu em Rondônia. Alguns anos depois, empregou-se na construtora Mendes Júnior e trabalhou, por dois anos, no Iraque. Ali, aprendeu um pouco do inglês que usou para se entender com um passageiro iraniano.

Nervoso, assustado, o iraniano aproveitou a escala, imprevista, do avião em Goiânia para gritar coisas em sua própria língua. Ninguém conseguia entendê-lo. Foi o irmão do ministro Ronaldo Costa Couto, o engenheiro Francisco Assis, que intercedeu pelo iraniano junto ao sequestrador. Em inglês, o sequestrador perguntou o que ele queria. O iraniano queria ir ao banheiro. Foi. Antes, por várias vezes, invocara o aiatolá Khomeini.

Há uma forte suspeita de que o sequestrador estava drogado.